

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60

**ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro de dois mil e dez realizou-se a Centésima Vigésima Quinta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55 – 11º andar – sala. 1108, Porto Alegre, com o início às quatorze horas e trinta minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Giancarlo Tusi Pinto**, Representante da Secretária do Meio Ambiente; **Sr. Luiz Augusto Petry**, Representante da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento; **Aloísio Siragelo Braun**, Representante da Secretaria de Ciência e Tecnologia; **Sra. Marta Marchiori Dias**, Representante do SEDAI; **Sra. Vera Regina Morandi Sehn**, Representante Secretaria de Segurança Pública; **Sr. Major Toni Robilar Pacheco**, Representante da Secretaria de Segurança Pública; **Sr. Paulo Brack**, Representante Titular do Ingá; **Sra. Lisiane Becker**, Representante Titular da Mira-Serra; **Sr. Daniel Chies**, Representante Suplente do Amigos da Floresta; **Sr. Darci Bernech Campani**, Representante Titular da Instituição Universitária Pública; **Sr. Eduardo Aléxis Lobo Alcayaga**, Representante Titular da Instituição Universitária Privada; **Sr. Adilson Carlos Metz**, Representante Titular da FETAG; **Sra. Marilene Conte**, Representante Suplente da FIERGS; **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho**, Representante Titular da FARSUL; **Sr. Valtemir Goldmeier**, Representante Titular da FAMURS; **Sr. Maurício Colombo**, Representante Titular dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sr. João Paulo Steigleder**, Representante Titular do DEFAP – Corpo-Técnico; **Sra. Maria Eliza dos Santos Rosa**, Representante Suplente da FEPAM. Participaram também da reunião, como convidados: Niro Afonso Pieper – SEMA/SIGA; Giovana Reis Ghidim – Bióloga de São Francisco de Paula; Ludimar A. Banaletti – Prefeito em Exercício de Pontão; Fabiano Timoteo Scariot – Engenheiro Florestal de Pontão; Lauro Baum – STR. Lajeado; Gisela Maria de Souza – Campo Bom; Cristiane Hermann – Campo Bom; Airton José – FAMURS; Jorge Luiz Gomes de Oliveira – Diretor de Meio Ambiente de Dois Irmãos das Missões; Carmen Franco, FEPAM. **Pauta: 1. Aprovação da Ata da 124ª Reunião ordinária; 2. Comunicações; 3. Proposta de alteração na ampliação da Resolução 102; 4. Qualificação de Municípios; 5. Assuntos Gerais.** Os trabalhos foram abertos pelo Sr. Giancarlo Tusi Pinto.– Representante da Secretaria do Meio Ambiente, e secretariados pela Sra. Andréa Neves – Secretaria Executiva da SEMA. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Boa-tarde a todos. Damos por aberta a nossa 125ª Reunião Ordinária do nosso Conselho Estadual do Meio Ambiente. Querida, inicialmente, agradecer a presença dos Senhores Conselheiros, esperando que nesse ano de 2010 tenhamos uma relação como a de 2009, muito produtiva, em defesa do nosso desenvolvimento sustentável, levando em conta o desenvolvimento econômico, social e, sobretudo, ambiental. Dando abertura a nossa reunião, nossa pauta. **Pauta: 1. Aprovação da Ata da 124ª Reunião ordinária. Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Aprovação da Ata da reunião passada, a 124ª Reunião Ordinária, que foi encaminhada a todos os Conselheiros. Eu solicito, de pronto, com base no artigo 28, parágrafo 4º a dispensa da leitura. Os Senhores Conselheiros concordam com a dispensa? Por favor, quem concorda, levante seu crachá, quanto à dispensa da leitura da Ata. *(16 Conselheiros a favor, nenhum Conselheiro contrário; nenhuma abstenção. Unânime.) Aprovada.* **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Algum Conselheiro querendo manifestar-se sobre a Ata? Não havendo Conselheiros inscritos, então, em votação a Ata da 124ª Reunião Ordinária do CONSEMA. Os Conselheiros que aprovam, por favor. *(16 Conselheiros a favor, nenhum Conselheiro contrário; nenhuma abstenção.) Aprovada.* **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Item 2 da nossa pauta. **2. Comunicações. Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Comunicação nº 1, da FIERGS, indicando para representação da entidade a Senhora Marilene Conte. Obrigado, Marilene. Comunicação nº 2, da FEPAM, indicação da servidora Maria Eliza dos Santos Rosa, representando a FEPAM nesta reunião. Obrigado, Maria Eliza. Comunicação nº 3, Secretaria de Planejamento e Gestão, indicação da servidora Vera Regina Morandi Sehn, representando a secretaria nesta reunião. Obrigado, Vera. Nº 4, justificativa de ausência do Centro de Biotecnologia da UFRGS: *“Venho, por meio deste, comunicar que tanto eu como meus suplentes estamos em férias, ausentes da sede, portanto, impossibilitados de comparecer à reunião. Rogério Margis”.* Mais uma justificativa de ausência, da Universidade Privada, da Elizabete Maria Zanin. Indicação de representação do Major Toni Robilar Pacheco, representando, aqui, o Comando Ambiental e a Secretaria de Segurança Pública. Major, obrigado pela presença. Superado o período das comunicações, vamos, então, ao início da nossa pauta. **3. Proposta de alteração na ampliação da Resolução 102. Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** O Item nº 3da pauta já tinha sido levado em debate. Pois não, por favor. **Sra. Lisiane Becker:** Nós encaminhamos um ofício que é para discussão hoje, ainda. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Depois, no Item 5, Assuntos Gerais. Então, na pauta da ordem do dia de hoje já tinha sido debatido na nossa reunião de dezembro: Proposta de alteração na ampliação da Resolução 102. Esse item foi retirado da pauta depois de uma longa discussão. Tinha ficado uma pendência quanto à questão da silvicultura. O assunto retornou à Câmara Técnica, que debateu e reencaminhou ao nosso Plenário. Eu solicitaria que o

61 Pieper fizesse um breve resumo do que foi debatido na Câmara Técnica, então, para que o Plenário possa
62 deliberar sobre essa proposta aprovada na Câmara Técnica. Por favor, Pieper. **Sr. Niro Afonso Pieper:** A
63 todos os Conselheiros, boa-tarde. Presidente dos trabalhos, eu vou solicitar também autorização ao
64 Presidente da Câmara Técnica, que é a Cármen Franco, mas, de fato, já estava acompanhando esse assunto
65 e retornou à Câmara Técnica onde, principalmente, foi debatido sobre, especificamente, a inclusão das
66 atividades de silvicultura em duas tipologias. Já existia na proposta original, como pode ser, inclusive,
67 acompanhado na reunião anterior – eu já tinha referido isso – e o Plenário houve por bem retornar e lá foi
68 ratificada tanto aquela minuta que tinha sido encaminhada a respeito de suínos e aves e, também, a
69 inclusão, no caso o artigo da inclusão, das tipologias de silvicultura. Aproveitamos, na Câmara Técnica,
70 para submeter, novamente aquele comitê técnico a proposta que já estava em discussão na última reunião
71 em relação ao porte dos suínos, terminação, e das aves de corte. Então, assim foi aprovado na reunião da
72 Câmara Técnica e veio com essa pequena inclusão na resolução. E destaco também que o processo de
73 discussão, aqui no Conselho, ficará em aberto por conta do artigo 3º que prevê que órgão ambiental
74 proporá alteração de portes e a inclusão de empreendimento e atividades em que os estudos recomendarem
75 que sejam recomendados como de impacto local. Eu explico mais uma vez: na verdade, existem algumas
76 tipologias dentro do órgão ambiental com nomenclatura defasada, e existe, paulatinamente, a criação de
77 algumas tipologias, o surgimento da dinâmica mesmo, e eles são, numa análise racional, comparativa, com
78 as que já estão constando como impacto local, elas seriam, evidentemente, de impacto local; só não são
79 tratadas assim hoje porque não estão listadas na resolução. É uma lista grande de empreendimentos e por
80 isso é que leva um tempo a mais, e assim acho que até foi sinalizado na reunião, de que seria tratado
81 especificamente daquilo que já tinha sido submetido e superado na Câmara Técnica. **Senhor Presidente**
82 **(Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Pieper. Primeira inscrição, Lisiane, Mira-Serra. Por favor, Lisiane.
83 **Sra. Lisiane Becker:** Boa-tarde a todos. O Mira-Serra vai pedir vista do processo conforme colocou na
84 Câmara Técnica. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Não cabe mais pedido de vista. Foi da reunião passada. **Sra.**
85 **Lisiane Becker:** Eu pedi vista na Câmara Técnica; não me concederam. Não foi debatido suficientemente
86 na Câmara Técnica. Eu falei isso também na Câmara Técnica. Nós tínhamos 8 municípios, na verdade,
87 eram 10 municípios para julgar. Eu queria saber sobre critérios técnicos para silvicultura e para criação de
88 gado de ovinocultura, suinocultura e de avicultura e, realmente, não me foi dada nenhuma explicação. Era
89 para ter voltado para a Câmara Técnica para discutir, não houve essa discussão. **Senhor Presidente**
90 **(Giancarlo Tusi Pinto):** Mais algum Conselheiro? Por favor, Paulo Brack, e depois, Valtemir. **Sr. Paulo**
91 **Brack:** Primeiro, eu também estou tentando entender. Eu estava de férias ainda, não tive tempo de dar
92 uma olha com mais calma nisso, mas eu acho que qualquer tipo de alteração tem que ter uma boa
93 justificativa técnica; essa justificativa tem que estar presente para a gente poder ter uma posição com base
94 técnica. Eu diria, por exemplo, questão de pínus hoje, questão do litoral, a invasão de pínus no litoral. É
95 impressionante. Quem passa ali próximo de Tramandaí ou próximo de Xangri-lá, enfim. Ali, eu diria o
96 seguinte: a situação é tão grave que até uma área de 5 ou 10 hectares já é uma área altamente impactante.
97 Eu diria que não está havendo controle nenhum do pínus no Rio Grande do Sul; não temos programa de
98 controle de pínus. Eu consideraria que, hoje, o pínus, inclusive, dever-se-ia dar uma moratória para
99 licenciamento, principalmente em áreas que são consideradas áreas prioritárias de conservação pelos
100 mapas do Ministério do Meio Ambiente, no caso, o litoral. Eu gostaria de, nesse caso, até retomando essa
101 questão, que a gente não decida as coisas com base em uma situação; acho que a gente tem que pensar
102 sempre no todo para que isso avance, e não simplesmente resolver situações, que seriam situações, muitas
103 vezes, do ponto de vista de facilitar licenciamentos ambientais. Eu acho que a gente tem que pensar na
104 questão da precaução, ver o todo e a situação hoje em relação à questão do pínus, eu diria que é bastante
105 preocupante. Não sei se a questão do pedido de vista é pertinente. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi**
106 **Pinto):** Obrigado, Paulo. Por favor, Valtemir, FAMURS. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Em primeiro lugar,
107 boa-tarde, Senhor Presidente. Eu gostaria de justificar porque eu ainda estou aqui como Conselheiro:
108 porque a FAMURS indicou outra pessoa para ser Conselheiro, só que não saiu a nomeação no Diário
109 Oficial. Então, em função disso, ainda exerço a função de Conselheiro nesta reunião. Então, primeira
110 justificativa. Segundo: gostaria de colocar, Paulo, que concordo com a tua preocupação, mas o que nós
111 estamos discutindo aqui é a possibilidade de determinada atividade ser licenciada no município. No
112 tocante à justificativa usada pelo nosso Conselheiro Paulo Brack, eu entendo que ele tem razão, que se tem
113 que ter uma preocupação, mas o que nós, municípios, estamos tentando colocar é que à medida que
114 houver a possibilidade de licenciamento da silvicultura, do pínus até 30, e do eucalipto e da acácia negra
115 até 40 hectares seja feito no município, o controle vai ser – nada contra a FEPAM – um controle melhor
116 do que é feito hoje na própria FEPAM. Por que eu estou falando isso? Porque hoje, salvo melhor juízo, é
117 feito um cadastro até um determinado item e uma licença única. Então, a gente sabe que as pequenas

118 propriedades, o órgão ambiental do Estado tem suas dificuldades e eu volto a dizer: eu entendo que no
119 município o licenciamento, fazendo LP, LI, LO, vai funcionar de uma maneira melhor. Desculpe-me
120 dizer. Eu entendo que nós estamos trabalhando a favor da precaução nesse caso. No tocante à posição da
121 Conselheira Lisiane, da Mira-Serra, gostaria de colocar, Lisiane, salvo melhor juízo, esse assunto passou
122 três vezes pela Câmara Técnica – três vezes. Foi no início do processo, caminhou dentro da FEPAM,
123 voltou, houve essa dúvida na última reunião e retornou de novo. Posso estar errado na cronologia, mas
124 teoricamente foi isso. Esse processo caminhou aqui dentro da FEPAM desde janeiro de 2009 e tem
125 parecer – segundo o que foi lido pelo Pieper e pelo Secretário – de praticamente todas as áreas envolvidas:
126 tanto o DEFAP quanto a FEPAM, quanto a Assessoria Jurídica da SEMA. Então, no tocante a isso, eu
127 também tenho um pouquinho de justificativa de afirmar que eu acho que o assunto estaria apto a ser
128 votado. Na última reunião houve um pedido de vista e esse pedido de vista, portanto, se foi pedido na
129 reunião passada, não pode pedir vista novamente. Isso é uma metodologia que é defendida por todos nós
130 até porque assim é o Regimento do CONAMA. E a nossa posição, da FAMURS, em relação ao item no
131 tocante à avicultura – eu volto a reafirmar em Plenário a posição que a FAMURS trouxe para cá – nós
132 queríamos contemplar uma série de outras atividades, até porque tem um artigo terceiro ali; se baixar ali,
133 tem um artigo terceiro que fala: *“Poderá ser proposta pelo órgão ambiental uma alteração completa da*
134 *Resolução 102”*. Isso está sendo votado. Se aprovada essa resolução, abre a brecha para o próprio órgão
135 ambiental apresentar ao Plenário do CONSEMA uma proposta de alteração geral da Resolução 102 até
136 porque nós já estamos, agora, um ano atrasados. Quando foi votada a Resolução 102, dizia que dois anos
137 depois ela seria revisada. Já passaram 3 anos. Então, nós sempre estamos caminhando para trás, e não para
138 a frente; essa é uma das justificativas. Nós, lá da FAMURS, entendemos que no Item 1 dessa resolução,
139 quando fala da avicultura, nós entendemos que a avicultura pode ser licenciada no seu todo no âmbito
140 municipal. Eu volto a justificar. Eu vou justificar ao Plenário para ficar gravado na Ata do CONSEMA.
141 Por que isso? Porque na avicultura o impacto é mínimo, o dejetos é seco e ninguém pega dejetos, cocô de
142 galinha, para jogar em rio porque tem valor econômico para o agricultor do lado que compra aquilo para
143 usar como fertilizante. Então, eu quero transmitir para os Conselheiros, para que sintam segurança se
144 optarem em votar na nossa proposta. Nós queremos inscrever, Giancarlo, como Presidente desses
145 trabalhos, a nossa proposta que não é de agora – a proposta já vem caminhando mesmo que o que tenha
146 sido aprovado na Câmara Técnica é isso que está aqui. Mas desde já a gente gostaria de externar que a
147 gente gostaria de colocar em votação em separado o Item “Criação de Aves”, e, se fosse possível, que a
148 gente aprovasse que no tocante à criação de aves todo o segmento fosse passado para os municípios. Por
149 fim, também, desde já, quando da votação, a gente vai pedir votação nominal, em nome da FAMURS. A
150 gente gostaria que cada Conselheiro, representando cada entidade, cada órgão, levantasse e desse seu voto
151 porque vai ter duas propostas para votar: a proposta que está aqui em tela e a sugestão da FAMURS, que
152 no tocante às aves o item inteiro seja incluído para os municípios. Obrigado. **Senhor Presidente**
153 **(Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Valtemir. Eu queria registrar e agradecer à presença do Moacir e
154 Serafim, que estão nos prestigiando na reunião. Lisiane, por favor. **Sra. Lisiane Becker:** Nós acabamos
155 de aprovar uma Ata em que diz que não foi pedida vista porque havia uma negociação no sentido de que
156 voltasse para a Câmara Técnica. Então, está valendo o meu pedido de vista. Na última reunião foi
157 negociado; está em Ata, aprovado: O pedido de vista foi retirado e trocado pela ida para discussão, o
158 retorno para discussão na Câmara Técnica. Na Câmara Técnica eu salientei que não estava havendo a
159 discussão que eu estava solicitando. Então, eu pedi vista. Negaram-me o pedido de vista enquanto Câmara
160 Técnica. Certo? Então, agora estou pedindo vista oficialmente aqui. Na outra reunião não teve pedido de
161 vista. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Algum Conselheiro inscrito? Lisiane, eu gostaria de
162 fazer um pedido – esse assunto já está na terceira reunião: se nós invertêssemos a pauta, colocássemos
163 agora todos os municípios e depois debatêssemos? Eu acho que a questão de pedir vista é irrevogável ou a
164 gente pode voltar ao debate? Por favor. **Sra. Lisiane Becker:** Concordo com muita coisa que o Valtemir
165 fala e falou, mas principalmente na silvicultura, eu fiz vários cursos e eles mostram que eucalipto é tão ou
166 quanto invasor quanto o pínus. Colocá-lo em uma categoria diferente do pínus seria, para mim, um erro.
167 Eu vou avaliar isso, falei isso na Câmara Técnica, o pedido tinha saído. Eu estava lá, pode ver que eu
168 disse isso. Eu falei sobre esse assunto, biologia da conservação: qualquer cálculo que se faça vai dar tão o
169 quanto impactante quanto o pínus – o pínus um pouco mais –, mas ele tem, realmente, um grande grau de
170 invasão. O pessoal ficou: *“Não, porque a FEPAM, isso, porque aquilo”*. Eu disse: *“Eu vou pedir vista*
171 *porque eu vou analisar esses dados”*. Negaram-me. Então, deixei para pedir aqui. **Senhor Presidente**
172 **(Giancarlo Tusi Pinto):** Valtemir, por favor. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Eu volto a tentar fazer a
173 colocação hoje no tocante à afirmação do pínus e do eucalipto e, principalmente, nas afirmações no
174 tocante ao princípio da precaução em relação ao litoral. Se está havendo problema, o que nós estamos

175 votando aqui é a possibilidade do licenciamento sair da esfera estadual no tocante a essas pequenas
176 propriedades para ser feito pelos municípios, e que esse licenciamento hoje, no tocante ao litoral – o
177 Paulo, Colega Conselheiro, colocou, nenhum desses, exceto Osório, os outros municípios, nenhum está
178 licenciando. Portanto, se está havendo uma invasão, como foi colocado aqui, a invasão esteja se dando aos
179 olhos do licenciador estadual. O que nós estamos votando aqui é tentar melhorar o sistema para aumentar
180 o controle. Até porque, em um primeiro momento, em relação a esses municípios do litoral, não vai haver
181 mudança nenhuma porque eles não estão qualificados. Portanto, o licenciamento continuará ocorrendo
182 onde? Na FEPAM. Então, gostaria de deixar isso claro porque, às vezes, a gente diz: “Vai passar batido,
183 que nós queremos facilitar para os municípios”. Nós não entendemos assim. Nós entendemos: se hoje, até
184 uma determinada categoria, em relação à silvicultura, não se faz sequer licenciamento, faz-se um cadastro,
185 nós estamos propondo licenciar. Desculpe-me dizer que eu entendo que eu acho que é equivocada a
186 afirmação ou a preocupação de que a gente esteja querendo facilitar ou simplificar o processo no sentido
187 de que a gente aumente o risco da sociedade para haver uma invasão. Eu volto a dizer: eu estou colocando
188 aqui – até a gente fica chato em vir aqui várias vezes fazer as mesmas colocações. Faço um apelo para a
189 Lisiane: eu entendo das posições, mas a posição de rever toda a Resolução 102 até hoje não foi colocada
190 de uma forma tácita e, agora, se a gente votar essa resolução, isso vai ficar explícito. Então, quem sabe a
191 gente pressiona os órgãos que querem revisar a Resolução 102, que se revise toda a Resolução 102, mas
192 hoje isso não está acontecendo. Então, eu faço um apelo, Lisiane: como esse assunto é recorrente, em
193 nome da FAMURS, em nome dos municípios – eu sei que tu também és simpatizante dos municípios e
194 trabalhas com os municípios – eu vou fazer um apelo no sentido da possibilidade de a gente votar esse
195 assunto hoje. Faço um apelo em nome da FAMURS, em nome dos municípios, que a gente pudesse votar.
196 Entendo que o assunto foi devidamente avaliado e entendo que não haverá maiores riscos para a sociedade
197 se a gente votar essa resolução. Obrigado. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Vou consultar ao
198 Plenário, então, e sugerir que, de repente, a gente inverta a pauta, debata antes a qualificação dos
199 municípios que estão aqui e depois retorne a esse item e tente, no final da reunião, chegar a um consenso.
200 Se não houver consenso, o pedido de vista vai ser concedido, mas, então, que a gente faça essa inversão de
201 pauta; vamos debater os municípios e depois da qualificação ou não dos municípios nós retornamos com
202 esse item e damos prosseguimento. Há concordância, Conselheiros? Então, fizemos essa inversão de pauta
203 e passamos para o **Item 4 - Qualificação dos Municípios**. Inicialmente eu gostaria de abrir, conforme nós
204 já deliberamos no CONSEMA, em nossa reunião de outubro, aqueles municípios que passassem por
205 unanimidade na reunião da Câmara Técnica, o CONSEMA faria uma ratificação dessa decisão. Então, nós
206 tivemos unanimidade na Câmara Técnica nos municípios de Dois Irmãos das Missões, Gramado e
207 Liberato Sauzano. Então, eu encaminho para deliberação deste Conselho a ratificação quanto à
208 qualificação desses municípios. Os Conselheiros quem estão a favor, por favor, levantem seus crachás. **(16**
209 **Conselheiros a favor, nenhum Conselheiro contrário; 2 abstenções.) Aprovados. Senhor Presidente**
210 **(Giancarlo Tusi Pinto):** Está aprovada a qualificação dos Municípios de Dois Irmãos das Missões,
211 Gramado e Liberato Sauzano. Representação do Município de Dois Irmãos das Missões? Jorge, por favor,
212 gostaria de alguma palavrinha? O microfone é seu. **Sr. Jorge Luiz Gomes de Oliveira:** Boa-tarde,
213 Senhores Conselheiros. O Município de Dois Irmãos das Missões sente-se lisonjeado por ter tido sua
214 aprovação por unanimidade, e quero aqui salientar para os demais Conselheiros que Dois Irmãos das
215 Missões têm algo em comum com as demais unidades de conservação. Nós temos uma reserva biológica
216 com 500 hectares, estamos implantando, com as medidas compensatórias da Ijuí Energia S/A, mais um
217 projeto de plantio de recuperação de área degradada da CEEE, que faz uma linha de transmissão com 10
218 mil árvores, mais um projeto de recuperação da foz do Chapecó com 33 mil árvores. A gente está
219 construindo um centro, que será inaugurado no dia 20 de março e a reserva de Dois Irmãos das Missões
220 predomina em uma área de 456 hectares, onde predomina a araucária, o xaxim e, principalmente, um
221 papagaio verdadeiro, foram encontrados dois exemplares lá, o que é raro. Só resta agradecer e convidar os
222 Conselheiros que puderem se fazer presentes no dia 20 de março na solenidade da semana do município,
223 na inauguração do Centro de Vivência da Reserva Biológica Municipal Mariano Forte, a qual, hoje, para
224 nossa felicidade, saiu uma matéria no Correio do Povo. Muito obrigado. **Senhor Presidente (Giancarlo**
225 **Tusi Pinto):** Obrigado. A Lisiane queria fazer uma entrega. Por favor, Jorge, a Lisiane queria fazer a
226 entrega de um material da Mira-Serra. **Sra. Lisiane Becker:** Como é de hábito, a ONG Mira-Serra e a
227 Rede Mata Atlântica entregam um volume dessa Mata Atlântica, uma Rede Pela Floresta aos municípios
228 que tenham alguma parte do território. Embora vocês só tenham até 10% do seu território dentro do bioma
229 Mata Atlântica, também fazem jus a esse volume, espero que contribua na gestão ambiental do município.
230 **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Lisiane. Representação do Município de
231 Gramado? Não. Liberato Sauzano? Também, não. Próximo município que foi aprovado, por maioria, na

232 Câmara Técnica, Município de Aratiba. Gostaria que a Carmem fizesse também como nós deliberamos na
233 reunião passada, a apresentação da parte das pendências e recomendações da Câmara Técnica a respeito
234 da qualificação do município. Inicialmente, Aratiba. **Sra. Carmem Franco:** Em primeiro lugar, boa-tarde
235 a todos. São as seguintes as recomendações ao Município de Aratiba: “Conhecer e fazer uso em seu
236 planejamento e gestão ambiental da documentação/estudos existentes sobre a região, principalmente a
237 produzida pelo Ministério do Meio Ambiente, incluindo a Portaria 09/2007 e os estudos feitos pelo
238 Comitê da Bacia; segundo, elaborar um programa de educação ambiental; terceiro, utilizar espécies
239 nativas da região na arborização urbana. São essas três as recomendações ao Município de Aratiba”.

240 **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Carmem. Inscrições? Lisiane, Mira-Serra, por
241 favor. **Sra. Lisiane Becker:** Bom, a minha fala agora é bem geral e decorre do tumulto que se está
242 tornando a Câmara Técnica de Gestão Compartilhada. Não é de hoje que eu venho solicitando à Câmara
243 Técnica – aliás, faz mais de ano – que não se acumulem tantos municípios porque fica inviável a análise.
244 Um exemplo foi esse município, que além de em PDF, conforme, em cópia, mandei para o senhor –
245 recebeu? – fica inviável de a gente trabalhar. Até o dia não tinha chegado, até hoje não chegou também. É
246 referente à criação de áreas prioritárias nesse município, não é que eu seja contra o município – não é isso
247 –, só que não houve tempo hábil para eu conversar com o município sobre essa questão de criação, de
248 verificação de áreas prioritárias para criação de RPPNs, e RPPNs municipais e particulares; RPPN é só
249 particular, o município não pode ter uma RPPN. E verificar uma área para ser prioridade para o dono, o
250 proprietário criar uma RPPN também é inviável. Então, teria que reformular esse item; passou batido,
251 quando eu fui ver, já estava em outro município. Então, não sei se foi até para o Valtemir, eu perguntei
252 para o Valtemir: “*E as RPPNs?*”. “*Não, já passou*”. Então, eu peço encarecidamente ao município que
253 refaça. Não deu tempo de realmente falar, nós terminamos às 6h30min da tarde, o último município, São
254 Francisco de Paula, foi extremamente prejudicado, só eu falei pouco tempo, porque já eram 6h30min,
255 6h45min. Não há condições de a gente fazer; nós precisamos fazer mais de uma reunião. A Cármen até se
256 prontificou a fazer uma extraordinária que já foi pedida muito antes, mas que isso não aconteça mais
257 porque eu gosto de fazer o meu trabalho sério, seriamente, e senti-me muito prejudicada em poder ajudar
258 os municípios, porque a intenção aqui é só ajudar, e não prejudicar. Vou pedir novamente que o município
259 reveja essa situação das RPPNs porque aqui como está não é factível. **Senhor Presidente (Giancarlo**
260 **Tusi Pinto):** Obrigado, Lisiane. Mais algum Conselheiro querendo manifestar-se? Bem, não havendo
261 mais inscrições, então, colocamos em deliberação a qualificação do Município de Aratiba. Os
262 Conselheiros que são favoráveis, por favor. **(14 Conselheiros a favor, nenhum Conselheiro contrário; 4**
263 **abstenções.) Aprovada. Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Existe alguma representação do
264 município? Não. Próximo município, Campo Bom. Por favor, Carmem. **Sra. Cármen Franco:** As
265 recomendações ao Município de Campo Bom foram as seguintes: “Aprimoramento e complementação da
266 listagem dos impactos ambientais apresentada; alguns impactos não foram apresentados no plano
267 ambiental; verificação dos impactos positivos e negativos que ocorrerão face à implantação da unidade de
268 conservação que está sendo proposta no complexo do Morro Ferrabraz; verificar a lei que cria a unidade
269 de conservação no plano diretor do município, uma vez que está ocorrendo uma discrepância entre a
270 legenda do mapa e o texto dessa lei”. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Carmem.
271 Lisiane, por favor. **Sra. Lisiane Becker:** Em face do exposto e da brevidade com que deu para analisar –
272 inclusive, várias recomendações são de autoria da Mira-Serra –, nós vamos pedir vista desse processo. Já
273 queria encaminhar para o município um Guia da Mata Atlântica, vai ajudar muito na Ferrabraz. **Senhor**
274 **Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Então, pedido de vista da Mira-Serra ao Município de Campo Bom.
275 Próximo município, Liberato Sauzano. Próximo município, Pinhal da Serra. **Sra. Cármen Franco:**
276 **Recomendações:** “que o município acesse a documentação existente sobre a região onde o município se
277 localiza. A Conselheira Lisiane vai disponibilizar parte dessa documentação ao município; item dois,
278 buscar condições efetivas para o cumprimento do cronograma apresentado no Item ‘Programas e Projetos’
279 e conhecer o conteúdo da Portaria Ministério do Meio Ambiente 09/2007. **Senhor Presidente (Giancarlo**
280 **Tusi Pinto):** Obrigado, Carmem. Algum Conselheiro inscrito? Lisiane, por favor. **Sra. Lisiane Becker:**
281 **Eu até gostaria que alguém do Município de Pinhal da Serra está presente? Falaram que iriam enviar um**
282 **representante hoje, embora não tenham sido avisados de que fosse hoje. A menina, a bióloga de lá, pediu**
283 **para mim uma série de informações, conforme deliberado na reunião da Câmara Técnica. Eles disseram**
284 **que tinham pouca bibliografia disponível porque o município é novo. Então, eu disse que iria deixar;**
285 **alguém viria aqui para pegar. Então, eu vou deixar com a SEMA. Senhor Presidente (Giancarlo Tusi**
286 **Pinto):** A Secretaria faz o encaminhamento. **Sra. Lisiane Becker:** É um *kitzinho* sobre o rio Pelotas, etc..
287 **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado. Então, em deliberação a qualificação do
288 Município de Pinhal da Serra. Os Conselheiros que são favoráveis, por favor. **(14 Conselheiros a favor,**

289 **nenhum Conselheiro contrário; 4 abstenções.) Aprovada. Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):**
290 Próximo município em deliberação, o Município de Pontão. Cármen, por favor. **Sra. Cármen Franco:**
291 “Primeiro, elencar os problemas ambientais elencados de forma correspondente aos programas e projetos
292 propostos; tornar os mapas entendíveis, principalmente as legendas, para que os mesmos possam ser
293 aplicáveis e utilizados no planejamento e gestão ambiental do município; apresentar um cronograma para
294 aos programas e projetos apresentados. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Carmem.
295 Algum Conselheiro querendo se manifestar? Não havendo Conselheiros inscritos, em deliberação quanto à
296 qualificação do Município de Pontão. Os Conselheiros que são favoráveis, por favor. **(14 Conselheiros a**
297 **favor, nenhum Conselheiro contrário; 5 abstenções.) Aprovada. Senhor Presidente (Giancarlo Tusi**
298 **Pinto):** Eu gostaria de chamar o Prefeito em exercício, Rudimar. Sim, Prefeito Rudimar. Por favor, com a
299 palavra. Lisiane, já pode vir junto e fazer a entrega ao município do trabalho da Mira-Serra. **Sr. Fabiano**
300 **Timoteo Scariot:** Boa-tarde a todos os Conselheiros. Estou acompanhando o Prefeito em Exercício,
301 Rudimar. Eu sou o engenheiro florestal que fez parte da equipe que elaborou o plano ambiental do
302 município. Então, só para esclarecer: o Município de Pontão possui uma área de 402 hectares, que é um
303 parque municipal, um remanescente de Mata Atlântica. Inclusive, desses 402 hectares que o município
304 possui, 152 hectares é uma parte de banhado que, eventualmente, é alagado pela barragem do Rio Passo
305 Fundo. Então, é uma área bastante considerável. O município está cadastrado no SNUC, nessa unidade de
306 conservação para buscar recursos com o nosso projeto. A gente só tem a agradecer e colocar à disposição
307 a nossa área para quem quiser visitar; um belo refúgio de fauna, pertencente também à Mata Atlântica.
308 **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado. **Sra. Lisiane Becker:** Nós vamos entregar o
309 material porque o município de vocês está 100% dentro da Mata Atlântica. Então, isso aqui mostra como
310 ONGs também podem ajudar, propiciar o envolvimento da comunidade nessas unidades de conservação.
311 **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Lisiane. Próximo município, o Município de São
312 Francisco de Paula. Por favor, Carmem. **Sra. Carmem Franco:** Recomendações: “Colocar na bibliografia
313 do plano ambiental todos os documentos consultados e, em especial, o documento Biodiversidade dos
314 Campos de Cima da Serra; detalhar a equipe técnica e a equipe de consultoria. **Senhor Presidente**
315 **(Giancarlo Tusi Pinto):** Ok. Em debate. Conselheiro Paulo Brack, por favor. **Sr. Paulo Brack:**
316 Considerando as argumentações da Conselheira Lisiane e também a localização estratégica do município
317 e, hoje também, a questão do avanço do pínus, que é uma coisa impressionante lá, eu vou pedir vista do
318 processo. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Ok, Conselheira Lisiane. **Sra. Lisiane Becker:**
319 Mira-Serra também pede vista do processo. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Então, vista.
320 Valtemir, por favor. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Associe-me ao pedido de vista, FAMURS associa-se ao
321 pedido de vista. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** FAMURS também. Mais algum
322 Conselheiro? Antes de passar, voltar à Resolução 102, tendo em vista que acabaram os municípios aqui
323 em qualificação e tendo em vista a presença de representação desses municípios a que foi pedida vista, eu
324 gostaria de colocar a palavra à disposição desses municípios para algum argumento, até para subsidiar
325 esse pedido de vista que foi formulado tanto pela Mira-Serra, no caso de Campo Bom, como São
326 Francisco de Paula, que é Ingá, Mira-Serra e FAMURS. Então, aqui, de Campo Bom, nós temos presente
327 a Gisela. Por favor, Gisela, gostaria de alguma consideração? **Sra. Gisela Maria de Souza:** Boa-tarde a
328 todos. Fico bastante sentida pelo município não ter sido aprovado, mas nos foi avisado, não é, Lisiane no
329 final da Câmara Técnica, que tu irias fazer isso. Então, vamos esperar mais um mês. Os empreendimentos
330 do Município de Campo Bom vão aguardar ansiosamente pelo Conselho para sua provável aprovação.
331 Muito Obrigado. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Gisela. Por favor. **Sra. Giovana**
332 **Reis Ghidim:** Boa-tarde a todas e a todos. Eu sou bióloga da Prefeitura de São Francisco. Também fiquei
333 surpresa com esse adiamento da nossa qualificação. Viemos, semana passada, para a reunião da Câmara
334 Técnica, eu não sabia da quantidade de municípios, nós estamos em processo desde 2008, sempre
335 tentamos, todas as revisões que o SIGA nos pediu nós fizemos, sempre da melhor maneira e nós
336 estávamos disponíveis a responder todos os questionamentos. Agora, se não teve tempo, o município que
337 vai ter que ser penalizado? Nós sabemos também da importância que o município tem, questões de
338 silvicultura, são nascentes de 5 bacias hidrográficas que nós temos no município e eu acho – acho não,
339 penso, tenho certeza de que com a qualificação de impacto local para o município fazer licenciamento, o
340 controle vai ser muito maior em todas aquelas questões da Resolução 102. Se a FEPAM não está
341 conseguindo fazer o controle de quase 3200 quilômetros quadrados de área, o município consegue uma
342 fiscalização mais eficiente. Então, fazer o quê? Aguardar até o próximo mês. Obrigada. **Senhor**
343 **Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Giovana. Conselheiro inscrito, Valtemir, por favor. **Sr.**
344 **Valtemir Goldmeier:** Só gostaria de fazer um apelo para o SIGA; tanto o Pieper quanto a Cármen podem
345 me subsidiar. Campo Bom e São Francisco São dois municípios grandes, não é? Mais de 50 mil

346 habitantes? Menos. Campo Bom é um dos grandes; Viamão, também. Dia 28 de fevereiro termina o prazo
347 que este Conselho deu. Então, assim: prioridade. Eu vou fazer um apelo aqui para depois não sei dito: o
348 município é culpado, o município isso, o município aquilo. Na próxima reunião venham para Plenário –
349 são 6 municípios, não é? – se estiverem com processo em andamento, que seja dada prioridade para esses
350 6 municípios. É o caso de Campo Bom, Viamão, Alvorada, Cachoeira. Então, são quatro; tem mais dois.
351 Município grande, com 150 mil. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Mais de 50 mil habitantes
352 nós temos que aprovar até 28 de fevereiro. **Sr. Valtemir Goldmeier:** 28 de fevereiro. **Senhor Presidente**
353 **(Giancarlo Tusi Pinto):** Porque nós passamos a resolução. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Então, depois eu
354 não quero, por favor, eu gostaria de fazer esse apelo aqui para o Plenário. Guaíba também, eu acho que o
355 plano já está no SIGA. Então, Pieper, eu vou fazer um apelo para a nossa Presidente da Câmara Técnica,
356 Cármen. Eu sei que a FEPAM tem sido parceira de primeira ordem sempre nisso. Na próxima reunião
357 esses municípios vão ter que, prioritariamente, se eles estiverem aptos, tem que ser priorizados na Câmara
358 Técnica e priorizados para vir ao CONSEMA porque a gente aprova as coisas aqui e, depois, o culpado é
359 o município. Então, eu gostaria de fazer esse apelo aqui, Giancarlo, de que ficasse gravado aqui, o caso
360 que foi colocado. De muitos desses municípios o processo já tramita há algum tempo, mas agora,
361 infelizmente, vamos ter que tirá-los de uma condição de ficar para depois. Agora o tempo urge; tem que
362 ser tomada uma decisão. Então, vou fazer esse apelo porque, senão, depois vão dizer que a culpa é dos
363 municípios e a culpa é dos prefeitos; e para falar mal de prefeitos tem um monte de gente, para falar bem
364 não tem ninguém. Então, em nome da FAMURS eu vou fazer esse apelo. Obrigado. **Senhor Presidente**
365 **(Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Valtemir. Muito válido o apelo. Eu até gostaria de sugerir para a
366 Câmara Técnica, dependendo do número de municípios – são 6 com mais de 50 mil habitantes – que seria
367 viável a Câmara Técnica fazer uma reunião extraordinária para não atropelar em uma reunião. Como são
368 processos grandes, fazer 6 processos grandes em uma reunião só é meio complicado. Então, faço esse
369 apelo, Cármen. Havendo necessidade, que se faça uma reunião extraordinária porque nós temos esse prazo
370 de 28 de fevereiro, ou seja, na próxima reunião do CONSEMA, aqueles municípios que cumpriram todas
371 as etapas e já tiverem passado pela Câmara Técnica, com toda a documentação, terão que ser deliberados
372 aqui. Por favor, Pieper. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Quero pedir licença bem a respeito desse assunto. Eu
373 ainda integro a Comissão de Municipalização em Gestão Ambiental, onde são analisados os processos; é a
374 comissão conhecida como comissão do SIGA. Eu posso dar um paralelo antecipado de quem vai estar
375 aqui e tem chances, 80% ou 90% de chances de quem vai estar e de quem, fatalmente, não chegará porque
376 lá nós temos – e eu tenho dito isso há tanto tempo aqui – a responsabilidade com que nós tratamos isso lá
377 até chegar aqui, e por isso que muitas vezes o município vem aqui e queixa-se de que foram pedidas as
378 complementações e o processo está há dois anos, um ano ou meio ano. É que, na verdade, é exatamente
379 dessa forma que trabalhamos, é distribuído para um relator, o relator apresenta o seu parecer, na reunião
380 seguinte, então, não tem como o município entregar documentos em uma semana e na outra semana estar
381 aqui, assim como tem um interstício de tempo entre a Câmara Técnica e o CONSEMA, nós, lá,
382 procedemos da mesma forma. Então, eu posso adiantar que Guaíba, Alvorada e aqueles dois que hoje foi
383 pedida vista têm grandes chances de estar aqui na próxima reunião, mas desconfio fortemente de que
384 Cachoeira do Sul e Viamão não estarão porque eles sequer foram distribuídos a um relator, não temos
385 documentos, apesar do prazo dado pelo CONSEMA. Então, até para deixar bem registrado que não será
386 por falta de priorização nossa porque nós já priorizamos lá exatamente esses municípios desde o início
387 deste ano. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Pieper. Lisiane, Mira-Serra. Depois,
388 Ivo da FARSUL. Lisiane, por favor. **Sra. Lisiane Becker:** Primeiro, eu gostaria de deixar bem claro que
389 além de não terem culpa os prefeitos dos municípios, os Conselheiros também não com a sobrecarga. As
390 ONGs, por exemplo, não são remuneradas, vêm aqui duas vezes por mês para as reuniões, além das do
391 CONSEMA em outras Câmaras Técnicas. Nós temos uma sobrecarga voluntária e nós pedimos, inclusive,
392 faz um ano, está em Ata, eu mesma me retirei quando foram 6 municípios em respeito aos prefeitos
393 porque eles passam por todo esse processo da Comissão de Municipalização, vão para a Câmara Técnica,
394 onde nós fazemos um trabalho praticamente pedagógico porque a maioria dos municípios não sabe, às
395 vezes, nem o que é um sistema de unidades de conservação. Então, a gente faz esse trabalho com os
396 municípios, dá sugestões, inclusive, de bibliografia, faltam dois, como foi o caso de Pinhal da Serra,
397 Aratiba, que não conheciam nem documentos referentes para o município. Então, por causa desse excesso
398 de municípios a serem analisados, o município é que sai prejudicado. Por isso o pedido de vista para dois,
399 pelo menos por parte da Mira-Serra. Realmente houve um problema, em um município que foi um
400 problema, em São Francisco de Paula, principalmente, que foi atendido às 6 horas da tarde quando a
401 maioria já estava querendo ir embora. Eu fui a única a falar e falei bem pouquinho; poderia falar bem mais
402 sobre São Francisco de Paula. Acho que o município, sim, é prejudicado quando ele vai com vários outros

403 para uma Câmara Técnica e sai de lá só para ser aprovado; eu acho que essa espera não é uma perda, é,
404 muito antes, um ganho para o município que vai sair mais fortalecido, com mais base para fazer sua
405 efetiva gestão ambiental. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** obrigado, Lisiane. Ivo Lessa,
406 FARSUL. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Senhor Presidente, demais Conselheiros, eu só quero manifestar,
407 eu fiquei meio triste na aprovação de Campo Bom. Acho que a Gisela foi companheira, e eu mesmo
408 quando fui secretário municipal. Ela sempre esteve dentro do CONDIMA, dirigiu o CONDIMA da
409 FAMURS, eu acho que é dá uma tristeza ver uma pessoa tão batalhadora pela questão ambiental, tão
410 batalhadora, que ensinou tanta gente a trabalhar na questão ambiental e nós temos tratado o município de
411 Campo Bom assim. Então, eu tenho certeza de que a contribuição de Campo Bom para todos os demais
412 municípios do Estado foi muito maior do que construído aqui. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi**
413 **Pinto):** Obrigado, Ivo. Bem, passando a qualificação dos municípios, então, nós tivemos hoje seis
414 municípios aprovados e dois pedidos de vista que retornam na próxima reunião, juntamente com os outros
415 possíveis seis, que eu acho que não serão seis em função desse trâmite da documentação. Voltamos, então,
416 ao Item 3 da nossa pauta, a questão da ampliação da Resolução 102. **3. Proposta de alteração na**
417 **ampliação da Resolução 102. Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** A Mira-Serra tinha feito esse
418 pedido de vista e eu fiz esse apelo de inversão de pauta e o Ivo está pedindo a palavra. Por favor. **Sr. Ivo**
419 **Lessa Silveira Filho:** Senhor Presidente, demais Conselheiros, a respeito desse assunto, eu entendo que
420 também a gente tem que calcular que na própria Ata da reunião passada, aprovada por nós, aqui, tem
421 assim: *“Sra. Káthia Vasconcellos: É, nós não recebemos, então, nós não discutimos dentro das nossas*
422 *instituições. Nós não recebemos a minuta, nem agora, nem menos. Eu cheguei tarde e não recebi, e a*
423 *Lisiane na me passou. Se for passada a resolução para nós, podemos analisar seu conteúdo da resolução.*
424 *Então, vamos analisar a resolução, e depois a gente encaminha o pedido de vista, se for o caso”.*
425 *“Senhor Presidente: Está bom, obrigado. Por favor.”. “Sra. Káthia: Eu acho que nós vamos perder*
426 *tempo aqui discutindo essa resolução: a Mira-Serra pede vista”. “Senhor Presidente: Ok. Pedido de*
427 *vista. Por favor.”. “Sr. Darci Campani: Objetivamente, eu acho que essa questão de vista não resolve;*
428 *queima a solicitação de vista, que só pode ser pedida uma vez.”* Ainda tem na outra página, na linha 325.
429 *“Sr. Valtemir – da FAMURS –: em primeiro lugar, eu vou ma associar ao pedido de vista da Mira-Serra,*
430 *até porque o assunto tem que voltar na próxima Câmara Técnica. Foi lido até o ofício porque o assunto*
431 *tramita dentro daqui desde janeiro de 2009”.* Ou seja: pela própria Ata da reunião passada, o pedido de
432 vista foi pedido e foi concedido. Acho, então, que nós temos que deliberar adiante. **Senhor Presidente**
433 **(Giancarlo Tusi Pinto):** Só um esclarecimento, Ivo: depois de toda essa fala teve, na Página 7, foi
434 acertado: *Sim, e então, retorna para a Câmara Técnica para analisar a proposta de resolução que está*
435 *completa ali, silvicultura”.* *“Sim, retorna para a Câmara Técnica e passamos ao próximo item de pauta”.*
436 Depois dessa discussão teve uma nova deliberação e nós decidimos retornar na Câmara Técnica para
437 tentar deliberar hoje. Por isso que teve essa questão do pedido de vista que foi concedido e depois nós
438 chegamos a um acordo na reunião. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Eu acato, Presidente, só que fique claro
439 que eu entendo que não foi retirado o pedido de vista, e a FAMURS também não retirou o pedido de vista
440 na Câmara Técnica. Então, essa é a discussão; foi dado o pedido de vista, foi pedido e não foi. Essa
441 marcação na Folha 7 não está dizendo que foi retirado o pedido de vista, mas eu acato a decisão do
442 Presidente, Conselheiros, também entendo. Só acho que tem que deixar bem claro que foi pedido e foi
443 discutido o assunto; não pode dizer que não pedido o pedido de vista na reunião passada. **Senhor**
444 **Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Ivo. Bem, mas como os tínhamos feito e acertado
445 internamente, foi solicitada por este Presidente do Conselho a inversão da pauta para que a gente pudesse
446 voltar ao debate e, de repente, este Conselho, buscando aquela que é a nossa missão aqui, de preservar o
447 meio ambiente e proporcionar o desenvolvimento sustentável, harmônico, das questões sociais
448 econômicas e ambientais, então, eu recoloco o assunto em discussão, como foi concordado pela
449 Conselheira Lisiane que tinha feito o pedido de vista. Eu gostaria de chamá-la, fazendo um apelo para
450 aqueles assuntos que forem, digamos, de maior consenso, a gente possa avançar. Lisiane, eu estava
451 relatando que teve o pedido de vista, depois retornou para a Câmara Técnica, e como nós aprovamos aqui
452 internamente por proposição minha a ideia de esgotarmos a qualificação dos municípios e depois
453 voltarmos ao debate, eu faço um apelo, até pelo tempo em que esse assunto está tramitando no âmbito do
454 CONSEMA, que a gente consiga, se possível, avançar nas coisas que forem possíveis de avançar; e
455 naquilo que não for possível, então, que seja concedido o pedido de vista como formulado. Então, eu
456 gostaria de novamente submeter o assunto ao Plenário, fazendo esse apelo. Esse assunto já veio ao
457 CONSEMA duas vezes, foi e voltou da Câmara Técnica, acho que umas três vezes. Gostaria de que a
458 gente, aqui, fizesse o debate agora, visando dar seguimento ao assunto. Eu acho que se não for possível, se
459 a Mira-Serra entender que o pedido de vista é imprescindível, ele será concedido. Só faço esse apelo para

460 que a gente possa amadurecer esse debate. Por favor, Paulo Brack primeiro. **Sr. Paulo Brack:** No caso da
461 Câmara Técnica de Biodiversidade, não foi. Eu acho que seria importante; a gente não teve essa discussão
462 na Câmara Técnica de Biodiversidade. Isso fortalece a necessidade desse pedido de vista. **Senhor**
463 **Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Paulo. Maurício Colombo, por favor. **Sr. Maurício**
464 **Colombo:** O Comitê de Bacias também solicita pedido de vista do processo. **Senhor Presidente**
465 **(Giancarlo Tusi Pinto):** Valtemir. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Eu me submeto à decisão do Plenário, mas
466 quero deixar bem claro, deixar registrado em Ata, que entendo que não houve retirada do pedido de vista.
467 Se houver uma concessão hoje, nessa segunda reunião sobre o mesmo assunto, novamente pedido de vista,
468 o Regimento Interno não está sendo cumprido. Quero deixar isso registrado. Por isso que eu entendo que
469 as reuniões do CONSEMA têm que ser acompanhadas pelo assessor Jurídico da SEMA e pelo Presidente
470 da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, porque quando há alguma dúvida na aplicação do Regimento
471 Interno, a parte jurídica tem que se manifestar. Então, gostaria de deixar claro que eu entendo que não
472 houve a retirada do pedido de vista. Eu li ali a Ata, isso não está claro; ficou acertado que voltaria para a
473 Câmara Técnica, mas voltaria para o Plenário com o pedido de vista. Quer dizer, independente de ter isso.
474 Não ficou acertado: olha, volta para lá, depois de a Câmara Técnica se manifestar, será concedida vista.
475 Isso não está escrito em lugar nenhum, mas se o Plenário entender que tem que ser assim, então deixa-se
476 assim, espera-se mais um tempo e não se cumpre o que estava escrito na Resolução 102, que tinha um
477 prazo para revisão. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Valtemir. Professor Darci. **Sr.**
478 **Darci Bernech Campani:** Sinto-me obrigado a falar porque eu acho que a retirada, o acordo de retirada
479 de vista deu-se em cima de uma intervenção minha. Na prática, o que aconteceu: nós estávamos em uma
480 reunião, já tinha passado essa proposta de resolução na Comissão, mas não tinha a resolução escrita. Nós,
481 na reunião da Comissão, deliberamos que vinha para o Plenário e a resolução veio direto na reunião aqui.
482 Então, não tinha passado pela Comissão alguma coisa por escrito. Então, por isso que eu fiz a minha
483 intervenção na reunião passada, voltando para a Câmara, para a Câmara poder ler o que se estava votando
484 porque na comissão, na Câmara, quando foi aprovado, não se tinha a redação final, que vai ser assim.
485 Então, eu acho que isso é o erro maior que a gente pode estar discutindo aqui, porque, realmente, o órgão
486 máximo do Rio Grande do Sul em meio ambiente e as suas Câmaras Técnicas não podem deliberar em
487 cima de espíritos; têm que deliberar em cima de documentos concretos. Então, eu entendo porque não foi,
488 houve um acordo de retirada de vista porque a Câmara que tinha que fazer a aprovação, não tinha votado
489 em cima de um documento. Mas preocupa-me um pouco mais – eu vou pedir um pouquinho de paciência
490 – em cima até da intervenção do Valtemir; o Valtemir está com mais tempo de CONSEMA que a gente e
491 ele vem dizendo que a resolução tem que ser rediscutida, a resolução tem que ser rediscutida. Se a
492 resolução tem que ser rediscutida, este Plenário, e eu acho que a gente poderia até encaminhar antes da
493 votação da própria resolução na semana que vem, uma decisão de quem é que vai fazer. Vamos nomear
494 um grupo técnico específico para fazer essa discussão ou vamos passar para uma Câmara Técnica fazer
495 essa proposta de reestruturação da Resolução do CONSEMA porque não dá para – em nosso bom
496 português – ficar “tocando com a barriga” uma discussão que é séria. Eu até, em princípio, concordo com
497 a posição do Valtemir. O nosso licenciamento ambiental está muito confuso. Por que uma área com uma
498 galinha a mais, uma galinha a menos, o licenciamento sai do município e passa para o Estado. Então, vou
499 matar uma galinha porque se separei uma galinha a mais eu tenho que pedir para o estado; ou eu boto uma
500 galinha a mais porque se o Estado estiver mais tranquilo no licenciamento eu boto uma galinha a mais ou
501 tiro a galinha, conforme o que for mais benéfico para eu obter agilidade no meu licenciamento. Então, a
502 gente tem que discutir licenciamento de impacto ambiental. Uma galinha a mais, uma galinha a menos não
503 vai fazer diferença; um porquinho a mais, um porquinho a menos, não vai fazer diferença. No caso da
504 silvicultura, qual é a visão que eu tenho: eu acho que o Estado já fez o seu papel, que é fazer o zoneamento
505 ambiental do Estado para as atividades de silvicultura, e o município tem que se submeter. Agora, um
506 hectare a mais, um hectare a menos de pínus, por mim, minha posição, na prática, eu acho que a gente
507 tinha que obrigar os plantadores, as empresas que se beneficiam do pínus, do eucalipto, a investir recursos;
508 se eles investissem 10% do que eles investem na pesquisa de pínus e eucaliptos na pesquisa de espécies
509 nativas para a silvicultura, para produção de papel, eu acho que em breve a gente teria algumas espécies
510 nativas com a mesma produtividade que o eucalipto. Está sendo investindo muito dinheiro, mas apenas no
511 pínus e no eucalipto e por que as espécies nativas não podem receber esse investimento. Então, eu gostaria
512 de encaminhar para que na próxima reunião tenha uma posição, e eu acho que uma posição da SEMA
513 porque a proposta é uma Câmara Técnica ou um grupo de trabalho específico para rediscutir a resolução
514 como um todo. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Ok. Obrigado, professor. Alguém mais
515 querendo manifestar-se? Pieper, depois Lisiane, e depois Ivo. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Bom, eu não sou
516 da Assessoria Jurídica da SEMA, mas aqui, no caso, é quase regimental. Em cima da proposta do

517 Professor Campani, o procedimento nesse Processo 4.300, que está em discussão, é o que está previsto. O
518 Código Estadual do Meio Ambiente, artigo 69, parágrafo 1º, salvo engano, diz que o órgão ambiental é
519 que propõe as tipologias para debate no CONSEMA, e assim é que se está procedendo. Então, não há
520 necessidade de criação de um novo fórum. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** A sugestão, se eu
521 entendi, era essa proposta que viria da SEMA, se vai para uma Câmara Técnica ou, de repente, cria-se
522 uma grupo para uma análise. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Um grupo para rediscutir tudo. **Senhor**
523 **Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Não, a Resolução 102 como um todo. A proposta que vem da
524 SEMA. **Sr. Darci Bernech Campani:** Não, não tem nada a ver com esse processo. O que se discute no
525 âmbito do CONSEMA, é que tem que fazer uma revisão geral. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi**
526 **Pinto):** Da Resolução 102. **Sr. Darci Bernech Campani:** Da resolução 102. Então, que se discuta. Não
527 tem problema, o órgão ambiental vai chegar para o CONSEMA e dizer: ou nós vamos trazer para o
528 CONSEMA. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** A SEMA manda para a Câmara Técnica, ou
529 cria um grupo especial para fazer o debate. **Sr. Darci Bernech Campani:** Exatamente. **Senhor**
530 **Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Pega um representante da cada Câmara Técnica. **Sr. Darci Bernech**
531 **Campani:** Acabar com a novela. Vai ter uma proposta nova? Vai ter. Como é que seria a dinâmica dessa
532 proposta nova? Eu proporia que essa votação fosse antes da votação desse processo porque a gente pode
533 deliberar; temos prazos, temos cronograma, como é que está acontecendo a coisa, estamos fazendo uma
534 deliberação para o período que a gente possa ter uma perspectiva de qual é a vida desse período. **Senhor**
535 **Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Próxima inscrição, Lisiane. Depois, o Ivo, depois o Paulo, depois o
536 Valtemir. **Sra. Lisiane Becker:** O Valtemir tem razão em certa parte porque o que foi acordado não ficou
537 gravado, porque foi feito entre a Mesa, mas a prova disso é que nem vocês, nem nós recebemos o processo
538 para analisar. Certo? Foi um acordo feito fora do microfone. Então, o pedido de vista, na realidade, não
539 houve porque, inclusive, não foi feito cópia do material para ser entregue nem para a FAMURS, nem para
540 nós. Essa é a prova de que não consta aqui, mas que foi feito o acordo para o não pedido de vista. **Senhor**
541 **Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Lisiane. Ivo Lessa, por favor. Abriu mão da palavra. Paulo
542 Brack. O Ivo abriu mão. **Sr. Paulo Brack:** Bom, só para esclarecer. Então, nós já teríamos previsto que a
543 Resolução 102 vai ser revista, é isso? **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Sim, existe um
544 processo tramitando que é a revisão da Resolução 102, uma proposta que está sendo elaborada pela
545 Secretaria, pela SEMA, que vai ser submetida. **Sr. Paulo Brack:** Essa proposta não passou ainda, só está
546 em nível de SEMA? **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Em nível de SEMA. Feita, concluída
547 essa proposta, ela vai ser encaminhada ao CONSEMA, e a sugestão no seu entendimento, professor
548 Campani, é se nós mandamos para a Câmara Técnica ou criamos, por deliberação deste Colegiado, um
549 grupo de várias Câmaras Técnicas, vários representantes, para fazer uma análise exclusiva desse processo.
550 Ou vai via trâmite normal, o CONSEMA delibera por criar um colegiado especializado, digamos assim,
551 para fazer uma análise específica dessa proposta de alteração da Resolução 102. Entendi bem, professor?
552 **Sr. Paulo Brack:** Sim. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Valtemir, FAMURS, por favor. **Sr.**
553 **Valtemir Goldmeier:** Vou tomar a liberdade de tentar explicar para vocês como é que se deu a votação da
554 Resolução 102, para que haja um esclarecimento de como as coisas estavam postas. A Câmara Técnica
555 que analisa a municipalização e que é o braço técnico do CONSEMA para isso chama-se “Câmara
556 Técnica de Gestão Compartilhada”. Então, quando da elaboração lá em 98, quando se fez a primeira
557 resolução a Resolução 05/98, quando começou o processo de municipalização se fez um anexo. Aquele
558 primeiro anexo foi produzido a quatro mãos: pela FEPAM, na época que não tinha SEMA, mais a
559 FAMURS. Nós sentamos e, em conjunto, elaboramos aquele primeiro anexo, o Anexo 1, que tinha na
560 Resolução 05/98. Em 2000 houve a alteração da Resolução 05 e passou a vigorar a Resolução 04/2000,
561 que passou a estabelecer como se fazia o rito da municipalização e manteve-se o anexo do que seriam as
562 atividades que os municípios licenciariam. Vê que isso foi em 2000. O anexo é de 98. O que se fez?
563 Pegou-se aquele anexo, pegou-se todas as atividades potencialmente poluidoras, fez-se uma comissão com
564 a FEPAM e a com SEMA e elaborou-se uma minuta; esta minuta foi encaminhada para a Câmara
565 Técnica de Gestão Compartilhada, foi votada lá; depois de votada na Câmara Técnica de Gestão
566 Compartilhada, onde a maioria das entidades que têm assento aqui, têm assento lá – e quem não tem
567 acento pode participar das reuniões lá quando vai ser discutido porque lá vai se discutir tipologia e essas
568 coisas todas, e quando isso está pronto vem para Plenário. Então, como nós estamos falando que este
569 anexo da resolução fala tão somente das atividades que poderão ser passíveis de licenciamento no âmbito
570 municipal, essa interrelação dá-se em qual Câmara Técnica? Por isso que eu gostaria de esclarecer porque
571 não vai para a biodiversidade, não vai para a Câmara Técnica de Águas, não vai para a Câmara Técnica de
572 Resíduos Sólidos, apesar de que tem tipologias que envolvem todas essas Câmaras Técnicas na resolução,
573 mas o instrumento usado pelo CONSEMA é a Câmara Técnica de Gestão Compartilhada. Então, só esse

574 esclarecimento. Teoricamente, o que nós teríamos que fazer, Giancarlo? Nós mesmos, a FAMURS já
575 encaminhou várias vezes proposta de alteração da Resolução 102, e, talvez, o que a gente tivesse que fazer
576 era no âmbito da Secretaria e da FEPAM, fazer um documento e encaminhar para Plenário e o Plenário
577 encaminhar para a Câmara Técnica. Portanto, aí começa o pontapé da rediscussão da Resolução 102. Ok?
578 Não sei se eu consegui esclarecer, mas tomei a liberdade de fazer esse esclarecimento porque esses anos
579 que eu comungo com vocês aqui dão-me esse direito de, às vezes, tentar lembrar essas coisas quando elas
580 acontecem. Obrigado. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Valtemir. Bem, então,
581 quanto a esse item, pedido de vista da ONG Mira-Serra e do Comitê de Bacias. O assunto retorna na
582 próxima reunião do CONSEMA. Próximo item da pauta: **5. Assuntos Gerais.** Aqui, uma comunicação
583 que eu gostaria de fazer. Na reunião passada, nós aprovamos aquela indicação do Instituto Biofilia, para
584 compor uma vaga das ONGs no âmbito do CONSEMA. No dia 20 de janeiro eu recebi do Instituto
585 Biofilia a indicação do Senhor Felipe Amaral, como titular e Iara Aragonês como suplente. No dia 22 de
586 janeiro, um dia depois, encaminhamos esse assunto para a Casa Civil, que está tramitando o processo.
587 Espero que na próxima reunião já tenha sido comunicado e o Instituto Biofilia faça-se presente como
588 membro titular do CONSEMA. Gostaria só de salientar: está à disposição no *site* da Secretaria, foi
589 publicada no dia 27 de janeiro, a Instrução Normativa 001/2010. Eu gostaria de que todos os Conselheiros
590 que pudessem, acessassem o *site* e que lessem essa instrução normativa porque ela é muito importante, e
591 veio até uma solicitação que o nosso Conselheiro, o Professor Lewgoy fez em uma reunião, acho que no
592 mês de novembro ou dezembro. Neste ano, a Secretaria colocou no Orçamento o total de 2 milhões e 700
593 mil reais para projetos sócio-ambientais. Qual é o objeto dessa rubrica no Orçamento? São ações de
594 municípios, associações de municípios, consórcios ou ONGs que conciliem a questão do desenvolvimento
595 sustentável com a preservação ambiental. Então, nós temos hoje no Orçamento da Secretaria, 2 milhões e
596 700 mil reais disponíveis para apoio a ações de municípios, de consórcios de municípios. Ela foi
597 distribuída assim, da seguinte forma: 6% para municípios e projetos de municípios; 60% para associações
598 de municípios, consórcios intermunicipais e outras instituições municipais organizadas com a sociedade
599 privada e 34% para ONGs ambientalistas para projetos sócio-ambientais. Essa Instrução Normativa 01
600 detalha toda a forma como serão feitas as análises dos processos, dos pedidos, formatação, para o que é. É
601 uma forma inédita em que a Secretaria está trabalhando, em fomentar ações tanto de ONGs, quanto de
602 municípios, quanto de instituições privadas para projetos que preservem o nosso meio ambiente e
603 promovam o desenvolvimento sócio-econômico de forma sustentável e harmônica. Pieper, tu gostarias de
604 fazer algum esclarecimento, tu que participaste muito na elaboração? O Pieper está dizendo aqui: tem 30
605 dias para apresentação dos projetos a partir dessa publicação que foi agora, 27 de janeiro. Então, seria
606 importante, o quanto antes e deixa eu até dizer o porquê dos 30 dias. Nós temos a questão do Orçamento –
607 vocês sabem como é que é o Orçamento público – se nós deixarmos isso até o meio do ano, quando
608 chegarem os projetos aqui, a gente não consegue aprovar e perdemos os recursos no final do ano. Então, a
609 gente colocou um prazo, nessa instrução normativa, meio curto para que a gente saia correndo atrás
610 mesmo, para forçar que projetos venham, que a gente consiga tratar desse assunto. Paulo Brack, por favor.
611 **Sr. Paulo Brack:** Terminou? **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Não, tem mais um assunto
612 aqui. **Sr. Paulo Brack:** É sobre esse assunto. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Sobre esse? **Sr.**
613 **Paulo Brack:** É. **Sr. Darci Bernech Campani:** Em vez da gente acessar, porque nem todos do Conselho
614 estão aqui, poderia a Secretaria mandar para a gente por e-mail essa instrução? **Senhor Presidente**
615 **(Giancarlo Tusi Pinto):** Eu vou pedir para a Secretaria mandar por e-mail para todos os Conselheiros. Já
616 tem o arquivo em PDF, só encaminha por e-mail para todos vocês a cópia da instrução normativa que já
617 está publicada. Paulo, por favor. **Sr. Paulo Brack:** Em primeiro lugar, não sei se eu entendi bem: parece-
618 me que existe um recurso que seria do Estado, mas não necessariamente dos fundos ambientais. Isso não
619 tem nada a ver com aqueles fundos? **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Não, é uma outra
620 rubrica, é Orçamento do Estado para desenvolvimento de projetos sócio-ambientais. **Sr. Paulo Brack:**
621 Sim. Eu diria, de certa maneira, a gente vem discutindo aqui há uns três anos ou mais, que dizer, as
622 políticas públicas do meio ambiente, parecem-me que têm que ser pautadas para transparência e para
623 construção. Inclusive, a questão das instruções normativas, pelo que eu sei, grande parte delas são
624 colocadas para audiência pública. Por exemplo, em relação a transgênicos, tem várias instruções
625 normativas que são colocadas 30 dias à disposição da população fazer sugestão e, inclusive, eu acho que
626 o CONSEMA deveria fazer parte dessa construção também porque nós estamos, querendo ou não,
627 direcionando recursos para alguns tipos de atividades. E a minha preocupação, eu diria, não é a pressa.
628 Inclusive, nós participamos no Fundo Municipal do Meio Ambiente; a discussão lá também foi muito
629 longa, inclusive, em relação aos fundos ambientais. Eu sei que nesse caso não são fundos, mas são
630 recursos públicos; recursos públicos têm que ter diretrizes claras; eles têm que passar em um ponto de

631 vista de políticas ambientais dentro do CONSEMA. Acho muito estranho, e fica aqui o meu grande
632 questionamento: até que ponto o CONSEMA, quer dizer, qual é o papel do CONSEMA se por fora dele a
633 gente fica sabendo de uma instrução normativa que já disponibiliza recursos. E aí fica a questão, a minha
634 preocupação: independente de governo, nós queremos que os recursos públicos não tenham nenhuma
635 possibilidade de clientelismo. Eu diria, independente disso. Nós viemos falando há 10 anos: independente
636 de governo. Então, esses recursos públicos da área ambiental para fomentação, inclusive para ONGs, têm
637 que passar, sim, por um critério que, em nível público, tem que haver discussão desses critérios. Inclusive,
638 temos o Fundo Nacional do Meio ambiente, temos a comissão. Se esses critérios não forem construídos
639 pelos órgãos de representação, e, sim, pelo Governo, pelos interesses do Governo, que ele tem –
640 obviamente tem, não vamos ser ingênuos aqui – eu acho que nós estamos fazendo um grande retrocesso.
641 Eu até questionaria a constitucionalidade dessa instrução normativa que viola os princípios democráticos
642 e de uma construção de Estado que não é só Governo; as políticas públicas são construídas de forma, pelo
643 Governo e pela sociedade, por meio de seus órgãos, no caso o CONSEMA. **Senhor Presidente**
644 **(Giancarlo Tusi Pinto):** Pieper, por favor. Só antes, Paulo, esse recurso está no Orçamento; o Orçamento
645 é uma lei que foi aprovada na Assembleia. A instrução normativa somente regra como vai ser feito o
646 repasse, formas e tal. Eu acredito que se tu repassares esses recursos de uma forma organizada para
647 prefeituras, consórcios de prefeituras, ONGs, de uma forma ampla, com critérios livres, eu acho que não
648 tem nenhum autoritarismo. **Sr. Paulo Brack:** Os critérios foram colocados por uma parte só. O Estado
649 não é só o Governo; nós fazemos parte do Estado. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** O
650 Orçamento é do Estado. Desculpe. **Sr. Paulo Brack:** O Estado? Eu faço parte do Estado. Como
651 representante do Estado, eu estou aqui representando o Estado a partir da sociedade. **Senhor Presidente**
652 **(Giancarlo Tusi Pinto):** Eu entendo, Paulo. **Sr. Paulo Brack:** Essa instrução normativa tem que ser feita
653 pelo Estado, e não pelo Governo. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Só um segundo. **Sr. Paulo**
654 **Brack:** Eu acho que eu estou explicando. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Não, isso aqui foi
655 votado pelo Estado; a lei, o Orçamento, foi votado pela Assembleia Legislativa, que representa todos nós
656 aqui. O Orçamento disponibilizou um recurso para projetos sócio-ambientais. Essa instrução normativa
657 está estabelecendo regras para os projetos que estão encaminhados para esta rubrica aprovada em lei,
658 publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. **Sr. Paulo Brack:** A sociedade não foi
659 convidada para participar dos critérios. Esse é o meu questionamento. E o CONSEMA, por exemplo, por
660 que não foi convidado? **Sr. Niro Afonso Pieper:** Perdoe-me, Conselheiro Paulo Brack, mas é exatamente
661 o contrário. Há democratização além da votação para a Lei de Orçamento. Ora, de onde surgiu o valor, de
662 onde surgiram os escopos dos programas ali colocados? Claro que inicialmente, e até provocados aqui
663 mais de uma vez pelo senhor, a Secretaria houve por bem elaborar uma proposta de Orçamento a ser
664 submetida à Assembleia Legislativa. O que faz a instrução normativa que é de Governo, mas é baixada
665 pelo Secretário de Estado porque – perdoe-me – os projetos que vão decorrer vão ultrapassar inclusive
666 mandatos, a execução. Isso, para nós, não importou. A elaboração da instrução normativa é justamente
667 para democratizar o acesso àqueles recursos que a Assembleia Legislativa, como transferência voluntária
668 do Estado, já está lá marcado que “x” valor vai para instituições sem fins lucrativos, tanto valor vai para
669 transferências a municípios e tanto valor vai para outro tipo de destinação, que é a aplicação direta do
670 Estado. Então, quando os deputados votaram a proposta orçamentária, nessa parte, não nos deram, bem ao
671 contrário do que o senhor disse, liberdade de utilizar o recurso porque ele vai ser utilizado, sim, em
672 execução descentralizada por meio daquilo que os deputados definiram, que é por instituições, que é por
673 municípios, por transferência voluntária dos municípios. Só não foi nenhum recurso do Fundo Estadual do
674 Meio Ambiente para dentro da instrução normativa, do conjunto dos dois projetos orçamentários que estão
675 na instrução normativa, primeiro porque o CONSEMA, aqui, não aprovou o plano de aplicação de recurso
676 do Fundo Estadual do Meio Ambiente, e segundo porque boa parte dos recursos do Fundo Estadual do
677 Meio Ambiente, já aprovados na Assembléia, são destinados à qualificação de um outro instrumento na
678 Secretaria que é o licenciamento ambiental unificado, a janela única prevista para entrada e saída de
679 acesso do usuário a licenciamento ambiental principalmente. Então, os projetos mais próximos de serem o
680 que mais se adequam, mais se alinham com a execução descentralizada foram esses dois que foram e
681 foram somados para essa divulgação. Aliás, o alinhamento com a política estadual do meio ambiente –
682 que não é o governante atual que define e, sim, já são leis que vigoram há muito tempo – é um dos
683 critérios para o julgamento dos projetos, o alinhamento com a política estadual do meio ambiente, com a
684 política estadual de recursos hídricos. **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Obrigado, Pieper.
685 Conselheiro Darci, por favor. **Sr. Darci Bernech Campani:** Eu acompanho junto com o Professor Paulo
686 Brack a discussão lá no Conselho Municipal de Meio Ambiente. Faz dois anos – quase dois anos – que um
687 recurso que foi alocado pelo fundo Municipal do Meio Ambiente para a utilização, a destinação em cima

688 de um edital público para as ONGs, instituições que se candidatassem. Mesmo com edital, mesmo com
689 toda a discussão que se fez, realmente até hoje não se conseguiu fazer a decisão final de destinação do
690 recurso frente a um parecer da comissão – a comissão, inclusive, original, foi destituída com sindicância e
691 tudo mais. Essas coisas são muito complicadas. A espécie humana, quando trata de dinheiro, é bastante
692 complicada. Então, acho que realmente o dinheiro público tem que ser tratado com a maior serenidade.
693 Naquele caso – não é, Professor Paulo – o Estado pegou dinheiro orçamentário e pode fazer. O que nós,
694 do CONSEMA, podemos gerir é o recurso do fundo. Realmente, tem que passar aqui pelo CONSEMA. É
695 bastante triste para nós ver, fazendo o que seria um manifesto, mas é uma atribuição que o Governo do
696 Estado pode fazer. Seria bom que passasse por aqui, mas o que me preocupa na fala do próprio Pieper, não
697 foi aprovado aqui o plano de aplicação do recurso do fundo. Por que não foi aprovado? Tem que dizer por
698 que não foi aprovado; não é só dizer que não foi aprovado. Ele não passou pela Câmara Técnica que não
699 tem se reunido. Normalmente – eu estou em duas Câmaras Técnicas aqui no CONSEMA – por exemplo,
700 Câmara Técnica de Resíduos Sólidos, fazia um ano que não tinha *quorum*, e o *quorum* não é garantido
701 pelas entidades de fora do Governo. Nós tivemos, na reunião, que ficar suplicando por telefone – a nossa
702 Colega Cármen telefonando para que o representante da SEMA, que estava no prédio, dispusesse a ir à
703 reunião e desse *quorum*. Depois de uma meia hora de telefonemas, de insistência, o colega, e ele estava
704 pleno de razão porque na situação administrativa dele ele não se sentia representante da SEMA, porque ele
705 não era mais funcionário da SEMA, mas estatutariamente ele estava lá inscrito como representante da
706 SEMA e a SEMA não tinha providenciado a troca. Então, quando o Estado, que tem que gerir o recurso
707 público, ele não dá *quorum* para a reunião da Câmara Técnica, é problema do Estado ter que dar *quorum*.
708 Tem que resolver o tema de casa. Realmente, a Câmara Técnica do Fundo não se reunir, não consultar –
709 pelo menos que eu tenho relato, acabei de perguntar para o Valtemir, que é Secretário da Câmara Técnica
710 – faz mais de ano que essa Câmara não se reúne. Então, é com isso que a gente tem que se preocupar
711 profundamente. Lá no CONVIMA, de Viamão, deu-se a mesma situação: tinha recurso do fundo e já tinha
712 geste de olho no recurso do fundo, queria gastar sem edital, sem nada: vamos sair distribuindo entre nós
713 aqui. O recurso público tem que ser sério, com edital, com critérios. Aqui a gente pode bater pé, e eu acho
714 que seria bom um posicionamento e um fortalecimento das Câmaras Técnicas, e Câmara Técnica quando
715 não dá *quorum*, tem que vir aqui para este Plenário a discussão: por que é que as Câmaras Técnicas não
716 dão *quorum*? Câmara Técnica de Resíduos Sólidos: um ano sem dar *quorum*. Não pode a gente fazer de
717 conta que nós aqui estamos decidindo as coisas, mas quem tem que nos dar a discussão, aquela discussão
718 de poder vir o processo, a gente ter mais tempo para ver o processo, é na Câmara Técnica. A gente está
719 fazendo um faz de conta aqui que não é o que a gente quer e eu sei que não é o que o Secretário quer.

720 **Senhor Presidente (Giancarlo Tusi Pinto):** Com certeza. Próximo assunto em Assuntos Gerais é uma
721 comunicação. Dias 11, 12 e 13 de março, no Centro de Eventos de Nova Petrópolis, estará realizando-se o
722 Primeiro Encontro Estadual dos Conselheiros Municipais do Meio Ambiente. Em paralelo vai ter a
723 reunião do Fórum Gaúcho de Mudanças Climáticas. Só uma comunicação para os Conselheiros que
724 quiserem se fazer presentes: dias 11, 12 e 13 de março, Primeiro Encontro Estadual dos Conselheiros
725 Municipais do Meio Ambiente. Próximo item, Ofício Mira-Serra 098/2010. Ao CONSEMA, 28 de janeiro
726 de 2010. *Prezados Conselheiros, ao cumprimentá-los, vimos novamente alertar sobre a importância da*
727 *adequação do Regimento Interno da Câmara Estadual de Compensação Ambiental, considerando-se os*
728 *seguintes aspectos: a garantia do caráter deliberativo da Câmara, portanto, extinguindo a turma recursal*
729 *da estrutura definitiva da Portaria SEMA 19/2009, de 23 de março de 2009; a participação isonômica*
730 *entre FEPAM e DEFAP; a participação da sociedade civil a exemplo das experiências dos Estados de*
731 *Minas Gerais e Espírito Santo; os representantes dos órgãos públicos sejam, prioritariamente, técnicos*
732 *concurados. Neste contexto, solicitamos que esse assunto seja analisado com prioridade pelas Câmaras*
733 *Técnicas pertinentes e ao CONSEMA, objetivando a adequação à Resolução do CONAMA 271/2006 e*
734 *aos itens acima indicados. Salientamos que este assunto já foi encaminhado aos colegiados. Ofícios*
735 *28/2009 e Mira-Serra 96/2009. Atenciosamente, Lisiane Becker, Mira-Serra, e Paulo Brack, Ingá.*
736 Faremos o encaminhamento para a Câmara Técnica pertinente do CONSEMA. Senhores, não havendo
737 mais nenhum assunto na Ordem do Dia, damos por encerrada esta presente reunião, agradecendo a
738 presença de todos e até a próxima no mês de fevereiro. Obrigado pela presença. *(Encerram-se os*
739 *trabalhos às 16h55min).*